

ESCRITAS DE SANGUE: NARRATIVAS “OCIDENTAIS”¹ SOBRE O CONFLITO DE RUANDA EM 1994.

JOÃO SAMUEL RODRIGUES DOS SANTOS JUNIOR
LEILA M. GONÇALVES LEITE HERNANDEZ (orientadora).

“Em outras palavras, a história não é uma máquina de calcular. Ela se desdobra no espírito e na imaginação e adquire corpo nas múltiplas respostas da cultura de um povo, a qual, por sua vez, é a mediação infinitamente sutil de realidade materiais, de fatos econômicos subjacentes, de ásperas objetividades”. (Basil Davidson, *Africa in modern History*).

Resumo: Esta pesquisa visa refletir sobre o genocídio ocorrido em Ruanda em 1994, um pequeno país da África Central, no qual foram assassinadas aproximadamente um milhão de pessoas. Pretendemos analisar a produção literária local e internacional a respeito do conflito, percebendo como são construídas no espaço narrativo as idéias de racionalismo, barbárie, Estado e diversidade étnica que não corroboram para diferentes visões da idéia de genocídio que vão se sobrepor e informar as ações internacionais com relação ao conflito. Através dessas análises esse projeto visa também compreender como que o conflito de Ruanda em 1994, se tornou paradigmático para um duplo processo de consolidação e ruptura com a idéia de uma naturalização dos conflitos étnicos e da visão dos estados nacionais africanos como originalmente imperfeitos. Analisando um longo período da história de Ruanda para compreender os nexos de relações historicamente construídas desde o período pré-colonial e que foram modificando no decorrer do tempo em que se constitui também como chave de entendimento do conflito que ocorreu em curtíssimo espaço de tempo, mas com motivações inerentes à constituição de Ruanda colonial e o seu período independente. Este projeto visa refletir como as categorias “hutus” e “tutsis” se relacionavam dentro de um contexto mais amplo e como a “ideologia do genocídio” foi socialmente construída para que a população “hutu” acreditasse que era totalmente diferente dos “tutsis”, sendo esse último seu inimigo potencial. Segundo a “ideologia hutu” colocá-los, os “tutsis”, como responsáveis pelos problemas da nação ruandesa e, portanto inimigos que devem ser combatidos e eliminados. A luz de uma enorme bibliografia sobre Ruanda antes, durante e depois do genocídio de 1994, estabelecermos como essas categorias explicativas como as teses de manipulação de elite, as características sociopsicológicas dos perpetradores e a escassez ecológica são fruto de discussões entre os estudiosos do conflito que nutrem diversas visões e como algumas delas fazem parte das construções dos discursos do governo ruandês atual.

Palavras-chave: Ruanda; século XX; genocídio; hutu; tutsi; etnicidade

Introdução e Justificativa

Um pequeno país incrustado no coração da África Central, na região dos Grandes Lagos africanos, choca a “Comunidade Internacional” com o genocídio de aproximadamente 10% de sua população durante três meses.

As primeiras questões são: Quais foram as causas iniciais desse genocídio? Existiu um conflito étnico em Ruanda? Quais são as origens?

¹ “Ocidente” e “Oriente” é uma criação dos que se reivindicam “ocidentais” e numa relação de negação, o Oriente nutre o Ocidente como salienta Edward Said em *Orientalismo*. O Oriente como invenção do Ocidente.

Ruanda em seus tempos pré-coloniais era um território que politicamente conhecia uma monarquia forte e centralizada na qual sua elite era formada pelos que chamariam “tutsis”.

Segundo Klieman, os “tuás”, são o grupo autóctone e são importantes na África Central por serem considerados simbolicamente pela população como os “primeiros da terra”, portanto para aquela sociedade teriam sua função social baseada em seus caracteres mágicos rituais. Quando os belgas e alemães chegaram nessa região e encontraram os “tuás” enxergaram neles vários pressupostos de suas teorias racialistas e esse grupo sofre de uma enorme discriminação.² Atualmente os “tuás” são uma comunidade diminuta em Ruanda.

Os “tutsis” seriam as comunidades de pecuaristas (pastores) e os “hutus” seriam os agricultores (camponeses). Na verdade, esses grupos, “hutus” e “tutsis” pertencem ao mesmo tecido social, com camadas hierárquicas diferenciadas, mas não formando um grupo étnico diferenciado entre eles.

Com a conquista colonial belga em 1921, a administração colonial na tática de “dividir para governar”³ utilizaram as diferenças sociais inerentes à sociedade pré-colonial ruandesa e privilegiou um grupo em detrimento de outro. Os colonizadores europeus não criaram essas diferenças do nada e sim de realidades sociais historicamente construídas, porém inovaram em criar uma nova diferenciação social: a racial.⁴

Isso não isenta de responsabilidade a administração colonial belga que instituiu uma categoria etno-jurídica com a introdução da “carteira de identidade étnica” em 1926, que legalmente diferenciou um “hutu” de um “tutsi”. E ainda, traços corporais como altura, coloração da pele, traços do rosto e que o pesquisador Alex de Waal denominou de “regime das 10 vacas”⁵: quem teria mais de 10 vacas seriam os “tutsis”, menos disso seriam os “hutus”. Aproveitando de diferenças constituintes da sociedade ruandesa que foi instituído esse regime.

A nobreza “tutsi” conjuntamente com a administração belga submeteram os “hutus” e com isso criou-se um profundo sentimento de ressentimento da maioria “hutu”, formando um rígido sistema de impostos e explorações de trabalho que marcou profundamente essa sociedade essencialmente ruralizada.

Em 1959, ocorreu uma revolta “hutu” de grande proporção provocando o êxodo de milhares de “tutsis” para o Burundi, Uganda e Zaire, Com essas revoltas camponesas há a

² Klieman, Kairn A.- The pygmies were our compass: Bantu e Batwa in the history of West Central Africa, early times to c. 1900. Portsmouth. Heinemann, 2003.

³ MAMDANI, Mahmood. Citizens and subjects: contemporary Africa and the legacy of late colonialism. Princeton University Press, 1996.

⁴ APPIAH, Kwame Anthony. Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro. Editora Contraponto, 1997.

⁵ WAAL, Alex de. “Genocide in Rwanda”. *Antropology Today*, Vol. 10, nº3 (Jun. 1994) pp. 1-2.

declaração de independência de Ruanda⁶, com a vitória dos “hutus” nas eleições legislativas e Ruanda tornando-se uma república.

Esse momento é considerado a mudança da correlação de poder em Ruanda para a maioria “hutu” que em seu ato final pela luta do poder foi o golpe de Estado de Juvenal Habyarimana, que mais tarde é eleito presidente em 1978 e assassinado em 1994, considerado esse evento o estopim da matança.

Ruanda passou na década de 1980 por uma profunda crise econômica devida à baixa do preço do café no mercado internacional. As entidades internacionais de direitos humanos e a própria ONU alertava sobre o problema ruandês como a fome e a epidemia de AIDS que atingiu nessa década 30% da população. Com essa crise, cresce a atuação da oposição interna que começa a se organizar e lutar por participação no poder.

O braço armado do governo (exército, guarda presidencial e milícias) entrava em choques constantes com a Frente Patriótica Ruandesa (FPR), que era o braço armado dos “tutsis”, que muitas vezes seus quadros eram formados por refugiados “tutsis” no Burundi, Uganda e Zaire.

Nesse contexto de contestação interna ocorre o avanço da FPR saído do Burundi e elementos “tutsis” internos a Ruanda, obtendo sucesso militares. A comunidade internacional força um tratado de paz, o de Arusha em 1993, que no fundo impediu o avanço da FPR e ajudou o governo ruandês a iniciar a perpetração do plano de genocídio sobre a população civil “tutsi” desarmada.

Em 1994, no dia seis de abril, ocorre o abatimento do avião do presidente Habyarimana⁷, dando o início à matança. As primeiras vítimas foram os opositores do regime, ativistas de direitos humanos e jornalistas, sendo tanto “tutsis” como “hutus” partidários dos “tutsis”.

Depois dessa fase, a matança passa para as áreas rurais mobilizando-se as milícias, o que já estava sendo feito pelo MRND⁸ (Movimento Republicano Nacional para o desenvolvimento da democracia) e o CDR⁹ (Coalizão para Defesa da República), desde 1991.

Em Ruanda, o genocídio foi perpetrado com a ajuda do Estado. A solução final¹⁰ termo utilizado por Hitler como uma espécie de senha para transformar os campos de concentração em campos de extermínio foi a solução dos “hutus” para o problema “tutsi” que construído ideologicamente pelos “hutus” era responsável por todas as mazelas sociais ruandesas.

⁶ Esse episódio da independência de Ruanda é relatado com detalhes no livro “Temporadas de facões” de Hatzfeld inclusive com detalhes da posição belga em relação ao conflito.

⁷ O presidente Juvenal Habyarimana estava voltando de um acordo de paz com a Frente Patriótica Ruandesa quando ocorre o abatimento de seu avião e sua morte.

⁸ Partido do presidente Habyarimana.

⁹ Agrupamento “hutu” extremista.

¹⁰ ARENDT, Hannah..Origens do Totalitarismo; tradução:Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

O mais aterrador deste genocídio foi o uso de pessoas que conviviam habitualmente com as futuras vítimas e elas mesmas se tornando assassinas de seus vizinhos, companheiros de igreja, dos bares, das escolas, de trabalho.¹¹ E cada milícia organizada em alguma região seguia esse padrão. Segundo relatos sobre o genocídio que Hatzfeld colhe, parece-me que nos depoimentos só havia uma regra, uma atuação básica dos perpetradores: matar e pilhar os “tutsis”.

Em 1991, o governo ruandês utilizou um sistema denominado “Nyumba Kumi”¹² em que um homem em cada 10 casas foi armado. O genocídio teve uma estratégia bastante eficaz conseguindo assassinar aproximadamente um milhão de pessoas em três meses.

Se alguém comentasse algo impressionante desse e não soubéssemos nada de como foi realizado esse genocídio, imaginaríamos que foram utilizadas sofisticadas armas de destruição em massa. Estaríamos totalmente equivocados. Logisticamente foram utilizadas armas de fogo financiadas pelo governo francês, mas essas armas não foram generalizadas a todos que participaram e os facões importados da China. Talvez a maior arma utilizada foi a ideologia do genocídio. Como utilizar preconceitos, ditados populares, livros escolares e modos cotidianos dessa sociedade, transformá-lo todo esse cabedal ideológico preconceituoso e adicionar todo o ódio e violência dos ruandeses numa vítima sacrificial ideal: “os tutsis” e todos que de alguma forma estivessem ligados a eles.

Muitas vezes os “hutus” se referiam aos “tutsis” como *cancrelats*¹³. A desumanização do discurso é o primeiro passo para que se entenda que tal pessoa ou grupo não é humano na prática e, portanto como baratas possam ser eliminadas.¹⁴ Uma tentativa de análise via psicologia social será relevante para o trabalho de reflexão sobre o genocídio.

O “discurso hutu” que foi combustível para o genocídio e até os dias de hoje grupos mais radicais o utiliza propagando que “hutu” e “tutsi” são radicalmente diferentes, com origens diferentes, culturas diferentes e, portanto, histórias diferentes, com o modo de enxergar os mundos também muito diferentes e que o discurso do governo “tutsi” que estão no poder depois da guerra civil de quatro anos são discursos socialmente construídos. Isso o que os intelectuais chamam de essencialismo “hutu”¹⁵. E esse essencialismo “hutu” é algo que poderá ser abordado com maior profundidade no decorrer das pesquisas do mestrado. O que podemos ressaltar de

¹¹ HATZFELD, Jean. Uma temporada de Facões: relatos do genocídio em Ruanda; tradução: Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

¹² Literalmente casas.

¹³ Uma barata da América era o apelido comum dado pelos “hutus” aos “tutsis”.

¹⁴ AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção, tradução de Iraci D. Poletti. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. Homo sacer: o poder soberano e a vida na rua; tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

¹⁵ Esse discurso do extremismo “hutu” como o essencialismo, um ponto na realidade que vai explicar toda a realidade. Acreditam que existe uma essência que vai permear a relação “hutu-tutsi” seja qual tempo for. É relacionada com a idéia de origem, de verdade. É muito presente quando eles reivindicam o território por serem um grupo bantu e serem completamente diferentes do hutus.

início é que todos os discursos são socialmente construídos. Segundo Peter Uvin: “Não há nenhum lugar do mundo onde vistas radicalmente opostas da etnicidade se confrontam de uma maneira tão sangrenta na arena política”¹⁶.

Uvin comenta que os estudiosos sobre Ruanda podem ser divididos em duas categorias: os velhos que falavam sobre Ruanda dos países como Bélgica, França e Estados Unidos, que trabalhavam no país antes do genocídio e os mais novos como jornalistas, ativistas de direitos humanos, antropólogos e historiadores em grande número e de uma gama variada de países que começaram a escrever sobre Ruanda sobre e por causa do genocídio. Os temas mais recorrentes dos mais velhos são a ideologia política, etnicidade e outros; os mais novos têm temas mais variados sob uma linha forte social construtivista¹⁷. E essa linha está inquestionada e o discurso oficial do governo ruandês pós-genocídio, assim como a proximidade acadêmica entre etnicidade e o social construtivismo.

Alguns autores como Danielle de Coxo e David e Catharine Newbury não vão nem para o essencialismo e nem para o social construtivismo, tendo uma visão menos polarizada da etnicidade em Ruanda.

Segundo essa linha de interpretação, “hutu” e “tutsi” têm origens diferentes como é em outras regiões vizinhas e que os dois grupos tinham a noção dessa diferença e que os colonizadores europeus não as inventaram. “Hutu” e “Tutsi” no decorrer do tempo e lugares representavam relações de poder e ideologias bem como outras interações sociais. David e Catherine Newbury salientam que “os grupos sociais não chegaram como grupos incorporados ou com suas etiquetas atuais, no lugar, umas identidades sociais mais recentes emergiram como parte dos processos grandes do fluxo social, ação individual e poder político durante o período colonial. Estas distinções tornaram-se mais rígidas. Adquiriram uma conotação racista e tornaram-se ligada às grandes desigualdades do poder.”¹⁸

Essas desigualdades privilegiaram os “tutsis” no período colonial e não poderia ser operada sem eles. Os “tutsis”, de certa forma, participaram de forma indireta desse processo em que eram, ao mesmo tempo, dominadores e dominados que sem eles a lei belga seria impraticável no terreno político. O poder belga operou conjuntamente com o poder dos “tutsis”. Nem era a substância nem a realidade política vivida da etnicidade fixada desde a década de 1940 ou durante a independência; ela manteve-se em mudança até o genocídio, influenciado pelas mudanças da ideologia do estado, memórias populares da violência e a ascensão do

¹⁶ UVIN, Peter. “Reading the Rwandan Genocide”. *International Studies Review*, Vol.3, nº3. Autumn 2001, p.77

¹⁷ Construtivismo social-Não existe um fundamento, uma essência na realidade. Existe a forma em que a realidade é apreendida através de nossas estruturas mentais e modos de enxergar o mundo. Ligada a etnicidade, é um tipo de construção de como se lidar com a realidade a partir da etnia. A identidade étnica que faz, de certa forma, como o grupo social interpreta o mundo. Esse conceito será melhor trabalhado com leituras realizadas sobre o construtivismo social ligada à etnicidade.

¹⁸ NEWBURY and NEWBURY, “Bringing the Peasants Back In: Agrarian Themes in the construction and corrosion of statistic historiographic in Rwanda”, *American Historical Review* 105 nº3(2000) p.840.

descontentamento rural. O genocídio certamente adicionou profundamente uma forma conflituosa, assustadora e dolorosa vivida pela etnicidade.

Os modelos explicativos básicos da literatura sobre o genocídio utilizam três fatores, obviamente diferenciados entre eles e também utilizados freqüentemente dois modelos explicativos para tentar compreender o que ocorreu em Ruanda num período curto de tempo, mas com uma longa duração¹⁹ por detrás.

Os três modelos que mais aparecem são: a manipulação da elite, as características sociopsicológicas dos perpetradores e a escassez ecológica seguindo o modelo neomaltusiano.

O modelo da manipulação da elite pretende explicar o genocídio pelo desejo da elite ruandesa em se manter no poder. E essa linha de raciocínio demonstra diversos fatores políticos e econômicos nacionais e internacionais citando a crise econômica de 1980 e seus ajustes, o surgimento de uma oposição ao governo, a invasão da Frente Patriótica Ruandesa em 1990, a guerra civil inerente a isso e as negociações internacionais de paz que pelo menos em teoria forçava o governo ruandês a compartilhar o poder e a tentativa fetichista do “ocidente” pela democratização política para a abertura do mercado.

Todas essas pressões internas e externas ameaçaram o poder dessa elite extremamente poderosa internamente e em conseqüência um grupo importante do governo e no exército, chefiado pela mulher do presidente, a akazu, que necessita maiores estudos, planejou, fomentaram e perpetraram o genocídio que seria a solução final para os seus problemas: eliminar fisicamente a oposição interna e sua base social.

Este é o argumento central de muitos acadêmicos de perspectivas diferentes e jornalistas como o livro de Philip Gourevitch “Gostaria de informá-lo que amanhã seremos mortos com as nossas famílias”²⁰ o qual foi fonte de inspiração para o filme holywoodiano “Hotel Ruanda”.

Há divisões nesse tipo de argumentação. Uns adotam fatores políticos, como a invasão da Frente Patriótica Ruandesa, outros fatores econômicos como a queda do preço do café e nos ajustes impostos pela comunidade externa e seus agentes como os credores da dívida de Ruanda. Outros apontam os fatores ideológicos dessa elite e a escolha foi a aposta racalista para se manterem no poder.²¹

Outro modelo de explicação do genocídio é baseado nas características sociopsicológicas dos agentes. Essa linha de argumentação retrata que a característica cultural dos ruandeses é obedecer a ordens superiores sem questionamentos, que os ruandeses têm uma mentalidade conformista e que teriam, por assim dizer, características que os inclinariam a assassinar seus vizinhos. Portanto eles mataram porque deram ordens para isso. Alguns

¹⁹ BRAUDEL, Fernand. “A longa duração” In: História e Ciências Sociais. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

²⁰ Gourevitch, Philip. Gostaríamos de informá-los de que amanhã seremos mortos com nossas famílias: histórias de Ruanda; tradução: José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

²¹ DES FORGES, Alyson. “The ideology of genocide”. *Issue: A Journal of Opinion*, Vol. 23, nº2, Rwanda (1995), pp. 44-47.

estudos de Direitos Humanos apontam para essa teoria. Dizem que os oficiais mandaram fazê-lo e a população começou a matança e que somente os oficiais poderiam parar.

E mostra um caso em Kibirira²² em que os policiais somente com assovios mandaram a multidão dispersar, assim comprovando a obediência da cultura ruandesa e sua predisposição psicológica a isso. Essa tese corrobora com a tese da manipulação da elite em algumas explicações. Essas teorias sociopsicológicas do genocídio são carregadas de estereótipos étnicos ressaltando que os “tutsis” são dissimulados e os “hutus” obedientes.

O terceiro modelo explicativo que normalmente é defendido por médicos, economistas, planejadores familiares da Cruz Vermelha, especialistas em agricultura e meio ambiente é sobre a escassez de recursos do ambiente.

A tese é definida basicamente a luz da teoria malthusiana. Ruanda é o país agrário com maior densidade populacional da África. Aliados ao tamanho do território e problemas ambientais essa seria a causa do genocídio. Segundo essa teoria, a superpopulação aliada à escassez de recurso inevitavelmente leva ao conflito social e a violência. Quando os países superlotam e não tem como sustentar a população, a fome é inevitável e o conflito também permitindo que a natureza regule e restabeleça o equilíbrio ecológico. Para esses teóricos, isso é ruim, mas inevitável. Somente contendo o crescimento da população que seria possível diminuir os males sociais e Ruanda, para os neomalthusianos radicais, é o modelo disso.

O genocídio era o resultado inevitável da superpopulação e procurando comprovar essa teoria com os relatórios da Cruz Vermelha e *U.N. High Commissioner for Refugees*²³. Os menos radicais dizem que isso é relevante, mas as condições do Estado, as dimensões econômicas também são importantes e definem o que podem dizer o resultado final da equação: o genocídio.

Mas normalmente o fazem implicitamente dizendo, por exemplo, que as pressões por disputa de terras geraram o genocídio num local onde não foram feitos os ajustes espaciais necessários, fazendo isso numa relação automática entre superpopulação e violência.

A ideologia do genocídio

Segundo Alyson des Forges²⁴, os extremistas utilizaram o que podemos denominar de ideologia do genocídio baseada em construções histórica amplamente aceitas por “hutus” e

²² UVIN, Peter – “Reading the Rwandan Genocide”. *International Studies Review*, Vol.3, nº3. Autumn 2001, p.84-85.

²³ International Federation of Red Cross and Red crescent societies, “Under the Volcanoes: Special Focus on the Rwandan Refugee Crisis,” in *World Disasters Report* (Amsterdam: Martinus Nijhoff for IFRCRCS,1994)

²⁴ DES FORGES, Alyson. “The ideology of genocide”. Issue: *A Journal of Opinion*, Vol. 23, nº2, Rwanda (1995), pp. 44-47.

“tutsis” que além de oferecer bens materiais para os perpetradores, deram a justificativa para a carnificina.

E essa ideologia é construída, de certa forma, antes da chegada dos europeus e com a chegada deles amplia-se profundamente.

Antes da chegada dos europeus, havia uma elite pouco numerosa e muito poderosa que ostentava uma noção de superioridade sobre os outros grupos sociais. Nesse momento em que Ruanda servia muito bem para o pastoreio, essa elite se orgulhava de seus conhecimentos e do controle sobre o gado e utilizou-se do seu poder para subjugar os agricultores. Com o passar do tempo, essa elite que dominava esse estado passou a fazer acordo com os chefes locais e chefes de linhagens dos agricultores para manter o controle sobre eles.

Com essas mudanças políticas, essa aristocracia começou também a desenvolver suas habilidades militares e a subjugar as massas desenvolvendo dentro de si um sentimento de superioridade, sem, no entanto, ter caracteres raciais obviamente.

Essa elite, dentro de suas linhagens, tinha interesses divergentes entre si, assim como as massas.

Essa elite que mais tarde foi classificada como “tutsi” e as massas como “hutu” basicamente. Eram categorias mais flexíveis antes da instituição da etno-jurisprudência europeia e um “hutu” poderia ser tornar “tutsi” e vice-versa.

A relação entre os “tutsis” e os “hutus” era baseada em um elitismo que os “tutsis” nutriam. Esses dois em relação aos tuás eram de uma convivência não amistosa.

No século XX, quando os europeus dominam a região, trazem o racismo que sobremaneira modificaram as práticas sociais em Ruanda.

Criaram sua própria superioridade e formularam a “hipótese hamítica” para a origem dos “tutsis”, na qual pela visão europeia os “tutsis” seriam “africanos brancos” que trouxeram a “civilização” para aquele lugar.²⁵ Teriam conexões remotas com as colônias romanas do Norte da África. Os europeus encontraram nos “tutsis”, o encaixe de todas as suas suposições racistas com conotações pretensiosamente científicas.

Para convalidar os seus próprios preconceitos consideram “tutsi” e “hutu” como categorias homogêneas e atribuíram-lhes qualidades físicas, intelectuais e morais estereotipadas.

Os “tutsis” seriam considerados altos, inteligentes e os “hutus” truncados e obedientes. Portanto, os “tutsis” serviriam pra governar e os “hutus” para serem governados. E os europeus fizeram disso uma profecia autorealizadora no sentido em que garantiu juridicamente somente aos “tutsis” lugares na administração colonial e nas escolas coloniais bem como a introdução da

²⁵ Para a discussão sobre racismo novamente a referência do texto de Appiah, “Na casa do meu pai”. Des Forges coloca em seu artigo entre parênteses que os europeus consideravam os “tutsis” como “africanos brancos de pele escura” dando a idéia de que não existiam brancos na África.

carteira de identidade étnica que garantia cada qual a sua posição social: “tutsi”, “hutu” ou “tuá”.

Criando esse sistema, os “tutsis” foram treinados para serem mais “inteligentes” que os “hutus”. E os “tutsis” (velha elite) utilizaram esse preconceito europeu para os seus próprios interesses de manutenção do controle sobre os “hutus” (massas). Assim, os dois, “tutsis” e europeus, criaram e mutuamente nutriram a justificação ideológica para a exploração, que com o passar dos anos, foi criada uma história com intelectuais ruandeses e europeus que corroboravam essas práticas racistas e resguardavam os privilégios dos “tutsis”.

Essa história para atender os interesses da ordem colonial vigente com seus administradores, teóricos e missionários que amplamente difundiram seu “olhar branco civilizador” sobre a África. E esse olhar foi difundido por chefes, pela corte, pelos bancos escolares e foi aceito tanto pela elite quanto pelas massas e esse pacote historiográfico não foi contestado até a década de 1950 e 1960, com as revoltas camponesas que culminaram com a independência de Ruanda. Categorias européias determinaram que “hutus” e “tutsis” são completamente diferentes e essa ideologia permaneceu sem questionamento mesmo com a tomada de poder dos “hutus”. A não ser os extremistas, a população em geral, convivia mutuamente sendo o que fossem.

Por volta de 1960, é feita a história dos “tutsis” ruins que oprimiam a maioria “hutu” e começam a refazer a visão do passado na qual os “hutus” tiveram mais importância na consolidação do Estado. E esse discurso não mudou muito a consciência popular. Mas na rebelião, os “hutus” atacaram todos os “tutsis” que tiveram alguma ligação com o poder oficial e deixando seus “vizinhos comuns” em paz. Os refugiados “tutsis” começaram a atacar Ruanda e os “hutus” descontavam sempre nos “tutsis” que moravam no país, acusando-os de ajudar os invasores.

Essa criação do inimigo externo foi a meta para o grupo “hutu” hegemônico se perpetuar no poder, justificando ideologicamente sua posição, matando e confiscando propriedades dos “tutsis” e redistribuindo parte para a população.

Depois de mais de vinte anos sem ataques, os refugiados com a Frente Patriótica Ruandesa atacaram novamente e Habyarimana viu a chance de consolidar seu poder já contestado. E seu grupo político aumentou o ódio contra a minoria “tutsi”, identificando-os com todos que governaram Ruanda e oprimiram os “hutus”.²⁶ Começaram a ligar todos os tutsis com os invasores da FPR ou como seus cúmplices. Difundiram a opinião que os “tutsis” vieram de fora de Ruanda e não pertencendo ao grupo bantu, deveriam ser expulsos de lá pelos rios que

²⁶ Os extermínios começaram na década de 1950 e 1960. Habyarimana e seu grupo político reavivaram isso com o assassinato de 3000 tutsis em 1991.

eles chegaram, não tendo nenhum direito de viver em Ruanda.²⁷ E por último, espalhando o medo de uma volta de um governo “tutsi” que havia governado despoticamente os “hutus” com impostos altos e trabalhos forçados e o direito de fazer o mesmo com eles. Uma união de temor e ódio dos “tutsis” foram os combustíveis do genocídio.

Os extremistas “hutus” exploraram o medo popular de uma suposta restauração de uma monarquia “tutsi” e adicionando que a FPR iria assassinar milhares de “hutus”, jogando Ruanda num devaneio do medo. Começam a armar a população “hutu”. Portanto, criaram a idéia de que era necessário matar os “tutsis” para garantir a sua própria sobrevivência, não havendo outra alternativa possível a isso.

Dois eventos, como já citado anteriormente, foram os fatores precipitadores: o acordo de Arusha que freou a Frente Patriótica Ruandesa, que para muitos pareciam que eles seriam vencedores. Com esse freio, os tutsis em Ruanda ficaram sem defesa. E segundo, em outubro de 1993, quando o recém-eleito presidente do Burundi²⁸, Melchior Ndadaye, rompeu o acordo dando a impressão que Ruanda seria atacada e que nenhum “tutsi” era confiável, segundo a idéia do governo ruandês. Deram a sensação para a população que os “tutsis” que estavam no Burundi, a FPR e os “tutsis” em Ruanda estavam interligados e com interesses compartilhados.

Em abril de 1994, o estopim foi deflagrado: com o abatimento do avião de Habyarimana em pleno céu de Kigali, imediatamente o governo culpou os “tutsis” pelo incidente e que a FPR estava por detrás desse assassinato. Os extremistas disseram que o líder nacional que fez o acordo de paz foi morto pelos “tutsis”. Porque o presidente quis fazer a paz, foi assassinado, portanto a solução para os “tutsis” era a eliminação física de todos eles e seus partidários em Ruanda.

Esse assassinato abriu precedente para que o medo, o ódio e a vingança tanto tempo trabalhada por anos de política de ressentimento em que os “hutus” acreditaram piamente naquele evento agudo e as pessoas começaram a matar primeiro a oposição política declarada, jornalistas, ativistas de direitos humanos, sendo hutu²⁹ ou tutsi. Mais tarde, deflagrou-se o genocídio. Nesse momento a “barreira étnica” não permitia negociações. Quem ajudar o “inimigo comum” era um traidor e merecia ser morto com o inimigo. E esse inimigo era interno e externo: sendo no Burundi, Uganda ou no Zaire, a febre do ódio doentio só recomendava uma coisa: matar e pilhar os “tutsis”.

²⁷ Esse mito é parte constituída imaginariamente das origens dos “tutsis”. Essa origem nilo-hamítica diz que os “tutsis” migraram do Norte da África e chegou em Ruanda, sendo um grupo a parte dos bantus.

²⁸ No Burundi ocorre ao contrário de Ruanda na qual os “tutsis” no Burundi são maioria e os “hutus” são minoria sofrendo perseguições políticas.

²⁹ Os hutus partidários dos “tutsis” ou de alguma maneira ligados a eles eram assassinados. Não se admitia “meio termos” na arena política para a parte extremista “hutu”. Quem, de alguma forma, tinha algum tipo de relação com os “tutsis”, sendo ele “hutu”, era considerado traidor e merecia morrer com eles, segundo o discurso “hutu” extremista.

E para os extremistas, a culpa do genocídio era dos “tutsis”, pois os “hutus” o fizeram pela necessidade de defesa do Estado e a ideologia do genocídio tornou isso “legítimo”.

Bibliografia

ADELMAN, Howard and SUHRKE, Astri. *The path of genocide: The Rwanda crisis from Uganda to Zaire*. New Brunswick, NJ. Transaction Publishers, 2000.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*; tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida na rua*; tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

AMSELLE, Jean Loup. *Mestizo Logics: anthropology of identity in Africa and elsewhere*; translated by Claudia Royal. Stanford, California: Stanford University Press, 1998.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: reflections of the origin and spread of nationalism*. London: Verso, 1986.

ANDERSON, Benedict. *O mapa da questão nacional/org*. Gopal BalaKrisnan; tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*; tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*; tradução de Sonia Orieta Heinrich. São Paulo: Diagrama & Texto, 1983.

BERTRAND, Jordane. *Rwanda, le piège de l'histoire: l'opposition démocratique avant le génocide, 1990-1994*. Paris. Karthala, c. 2000.

BRAECKMAN, Colette. *Rwanda, histoire d'un génocide*. Paris: Fayard, c. 1994.

BRAUDEL, Fernand. “A longa duração” In: *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

BUHRER, Michel. *Rwanda: memoire d'un génocide*; introduction de Claudine Vidal. Paris: Cherche Midi: UNESCO, c. 1996.

CHRETIEN, Jean Pierre. *L'Afrique des grands lacs: deux mille ans d'histoire*. Paris: Flammarion, 2001 c. 2000.

DE HEUSCH, Luc. “Rwanda: responsibilities for a genocide”. *Anthropology Today*, Vol. 11, nº4(August, 1995), pp. 3-7.

DES FORGES, Alyson. *Aucun témoin ne doit survivre: le génocide au Rwanda*. Paris:Karthala, 1999.

- DUPARQUIER, Jean François et BOURDON, William. La justice internationale face au drame rwandais. Paris: Karthala, 1996.
- DES FORGES, Alyson. "The ideology of genocide". Issue: A Journal of Opinion, Vol. 23, nº2, Rwanda (1995), pp. 44-47.
- GOUREVITCH, Philip. Gostaríamos de informá-los de que amanhã seremos mortos com nossas famílias: história de Ruanda; tradução: José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HATZFELD, Jean. Uma temporada de facções: relatos do genocídio em Ruanda; tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- HEYSE, Theodore. Documentation generale sur le Congo et le Ruanda- Urundi, 1953-1955[microficha] . Netherlands: IDC Publishers, [199-].
- HINTJENS, Helen M. "Explaining the 1994 Genocide in Rwanda". *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 37, nº2 (Jun. 1999). Pp. 241-286.
- HOSCHILD, Adam. O fantasma do rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África Colonial; tradução: Beth Vieira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- HUGGINS, Martha. A modelagem das identidades e da obediência in "Operários da Violência: Policiais, torturados e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras". Brasília: Ed. UnB, 2006.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF RED CROSS AND RED CRESCENT SOCIETIES, "Under the volcanoes: Special Focus on the Rwandan Refugee Crisis," in World Disasters Report (Amsterdam: Martinus Nijhoff for IFRCRCS, 1994.
- JEFREMOVAS, Villa. Brickyards to graveyards: from production to genocide in Rwanda. Albany: State University of New York Press, 2002.
- KLIEMAN, Kairn A. The pygmies were our compass: Bantu e Batwa in the history of West Central Africa, early times to c. 1900. Portsmouth, NH: Heinemann, 2003.
- LAME, Danielle de. A hill among a thousand: transformations and ruptures in rural Rwanda; translated from French by Helen Arnold. Madison: Univ. of Wisconsin, 2005.
- LEMARCHAND, René . "The rationality of genocide". Issue: A Journal of Opinion. Vol. 23 nº2. Rwanda(1995) pp. 8-11.
- LEMARCHAND, René. "Ethnic Genocide". *A Journal of Opinion*, Vol. 10 nº1/2. Tenth Anniversary Number. Pp54-61.
- MAMDANI, Mahmood. Citizen and subject: contemporary Africa and the legacy of late colonialism. Princeton University Press, 1996.
- MAMDANI, Mahmood. When the victims become the killers: colonialism, nativism, and the genocide in Rwanda. Princeton, NJ: Princeton Univ., 2002.
- NEWBURY, Catharine. The cohesion of oppression: clientship and ethnicity in Rwanda. 1880/1960. New York, Columbia Univ., 1988.

- NEWBURY and NEWBURY, "Bringing the Peasants Back In: Agrarian Themes in the construction and corrosion of statistic historiographic in Rwanda", *American Historical Review* 105 n°3(2000) p.840.
- POINCARE, Nicolas. Rwanda: Gabriel Maindron un prete dan la tragedie. Paris: Atelier, 1995.
- REED, Cyrus. "Exile, Reform, and the rise of the Rwandan Patriotic Front. *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 34, n°3(Sep.,1996), pp. 479-501.
- REYNTJENS, Filip. Trois jours qui ont fait bascule l' histoire. Bruxelles: Institut africain-CEDAF; Paris: L'Harmattan, c. 1995.
- SAID, Edward W. . *Cultura e Imperialismo*; tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SAID, Edward W. . *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*; tradução: Tomas Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras,1990.
- SCHENE, Benjamin. *Le piege ethnique*; avec la collaboration de Liese Couvreur Schiffer; preface de Noel Mamere. Paris: Dagorno, c. 1999.
- TAYLOR, Christopher C. *Terreur et sacrifice: une approche anthropologique du genocide rwandais*/traduit de l'anglais (Etat-Unis) par Jean François Bare et Christopher Taylor. Toulouse: Octares, c. 2000.
- UVIN, Peter." Reading the Rwandan Genocide". *International Studies Review*, Vol.3, n°3. Autumn 2001.
- VIDAL, Claudine. *Sociologie des passions:Rwanda, Cote d'Ivoire*. Paris:Karthala, c. 1991.
- VERDIER, Raymond and DECAUX, Emmanuel and CRETIEN, Jean Pierre. *Rwanda, un genocide du XXe siecle*. Paris: L' Harmattan, c.1995.
- WAAL, Alex de. "Genocide in Rwanda". *Antropology Today*, Vol. 10, n°3 (Jun. 1994) pp. 1-2.
- WEIL, Carola. "The protection- Neutrality Dillema in Humanitarian Emergencies. Why the need for military intervention?" *International Migration Review*, Vol. 35, n°1, Special Issue:UNHCR at 50: Past, Present and Future of Refugee Assistance.(Spring, 2001), pp. 79-116.
- WILLIAM, Jean- Claude. *Aux sources de l'hecatombe rwandaise*. Bruxelles: Institut africain-CEDAF; Paris: L' Harmattan, c. 1995.